

**APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS
NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRE
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM
A LEI E ESCOLARES**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137aproximacoesedistanciamentos>



Maria Angélica Alves da Silva

angelicasevla@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9289-5451>

Doutorado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência pela
Universidade Federal de São Paulo

Júlia Ferreira Bernardo

juliaf.bernardo@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4111-4069>

Doutorado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência pela
Universidade Federal de São Paulo

Silvio Alves da Silva

silviomat45@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0007-7970-296X>

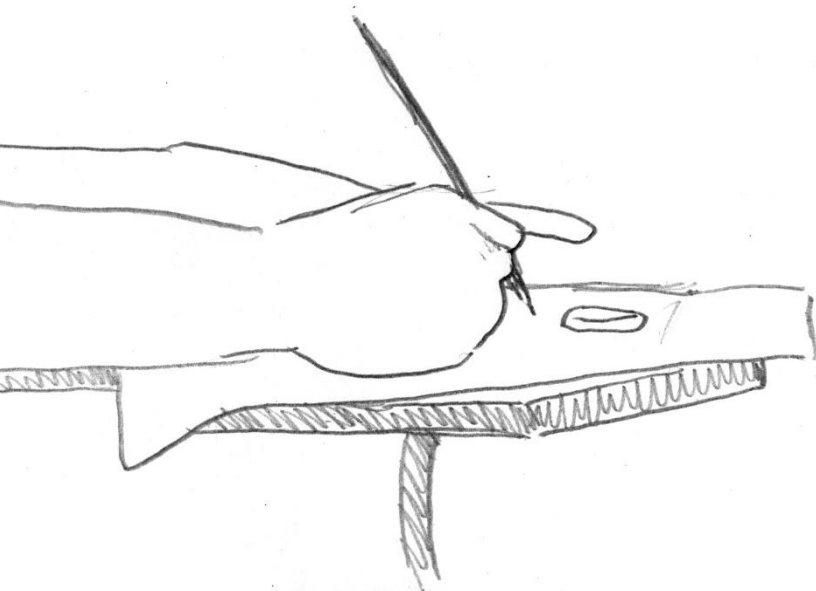
Mestrado em Educação Matemática pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Denise De Micheli

demicheli.unifesp@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8546-4354>

Doutorado em Psicobiologia pela
Universidade Federal de São Paulo



Desenho: Daniel Gisé

**APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA
ENTRE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E ESCOLARES**

**APPROACHES AND DISTANCINGS IN LIFE TRAJECTORIES BETWEEN
TEENAGERS IN CONFLICT WITH THE LAW AND SCHOOL STUDENTS**

**APROXIMACIONES Y DISTANCIAS EN LAS TRAYECTORIAS DE VIDA
ENTRE ADOLESCENTES EN CONFLICTO CON LA DERECHA Y
ESCOLARES**

Resumo

Objetivo: Identificar, analisar e relacionar os perfis de adolescentes em conflito com a lei e escolares sobre a trajetória escolar. **Métodos:** Estudo transversal realizado com aplicação de questionário sobre a Trajetória Escolar em Centros de Atendimento Socioeducativo e Escolas Públicas Estaduais no município de São Paulo. Participaram do estudo 474 adolescentes, sendo 203 adolescentes institucionalizados na FCASA e 271 adolescentes de escolas públicas estaduais. **Resultados:** Os principais resultados se referem as diferenças na trajetória escolar, no tocante a defasagem escolar dos grupos da FCASA em razão de retenções e também nas diferenças de configuração familiar, sendo o grupo da FCASA prevalentemente oriundo de famílias monoparentais, nas quais a figura materna é a responsável. **Conclusão:** É premente pensar em políticas públicas eficazes em auxiliar essas famílias, constituindo uma rede de apoio, para que possam exercer a função parental sem deixar de prover esse núcleo familiar, e que as instituições de ensino possam compor essa rede ao oferecer acolhimento, de fato, à população vulnerável, numa relação desprovida dos estigmas, estabelecendo relação de parceria com as famílias para que esses adolescentes possam traçar outras trajetórias.

Palavras chave: adolescentes institucionalizados, educação, relações familiares

Abstract

Objective: To identify, analyze and relate the profiles of adolescents in conflict with the law and schoolchildren about their school career. **Methods:** Partial result of the doctoral dissertation in Education and Health in Childhood and Adolescence, whose cross-sectional study was conducted with the application of a questionnaire about the School Trajectory in Socioeducational Care Centers and State Public Schools in the city of São Paulo. We analyzed 474 adolescents, 203 adolescents institutionalized in FCASA and 271 adolescents from state public schools, aged 12 to 21 years old, from January to March 2019. **Results:** The main results relate to differences in school trajectory regarding the school gap of the FCASA group due to retention and also the differences in family configuration, being the group of FCASA predominantly from single-parent families, in which the Maternal figure is responsible. **Conclusion:** It is urgent to think of effective public policies to help these families by forming a support network, so that they can perform the parental function of care while providing this family nucleus, and that educational institutions can compose this network by offering care fact the vulnerable population, in a relationship devoid of stigmas, establishing a partnership relationship with families so that these adolescents can trace other trajectories.

Keywords: institutionalized adolescents, education, family relationships

Resumen

Objetivo: Identificar, analizar y relacionar los perfiles de adolescentes en conflicto con la ley y estudiantes en su trayectoria escolar. **Métodos:** Se trata de un estudio transversal realizado con la aplicación de un cuestionario sobre la trayectoria escolar en centros de atención socioeducativa y escuelas públicas estatales de la ciudad de São Paulo. Un total de 474 adolescentes participaron en el estudio, 203 adolescentes que fueron institucionalizados en la Fundação CASA (Centro de Integración Juvenil) y 271 adolescentes de escuelas públicas estatales. **Resultados:** Los principales resultados se refieren a diferencias en la trayectoria escolar en cuanto al rezago escolar de los grupos de Fundação CASA (Centro de Integración Juvenil) por razón de retención y también en las diferencias en la configuración familiar, siendo el grupo de Fundação CASA (Centro de Integración Juvenil) predominantemente de familias monoparentales, en las que la figura materna es la responsable. **Conclusión:** Es importante pensar en políticas públicas efectivas para ayudar a estas familias, constituyendo una red de apoyo, para que puedan ejercer la función parental sin dejar de proveer a ese núcleo familiar, y que las instituciones educativas puedan componer esta red ofreciendo una acogida a la población vulnerable, en una relación desprovista de estigmas, estableciendo una relación de asociación con las familias para que estos adolescentes puedan trazar otras trayectorias.

Palabras clave: adolescentes institucionalizados, educación, relaciones familiares

INTRODUÇÃO

Enquanto fenômeno, a adolescência não pode ser compreendida como sendo vivenciada da mesma forma para todos os indivíduos, pois se trata de uma classificação sociocultural, constituída ao longo da história e que abarca aspectos bio-psicológicos, cronológicos e sociais. Assim, as mudanças que ocorrem nesta fase, são resultantes e vinculadas aos contextos sociais em que estão inseridos os adolescentes. (Bueno, Strelhouw e Câmara, 2010)

A adolescência, portanto, será constituída também pela realidade objetiva e concreta, envolvendo fatores como classe social, raça, sexo, idade e cultura, e assim, estes fatores irão interferir diretamente no sentido do ser adolescente. (Ozella e Aguiar, 2008). Para esses autores, embora o ambiente não atue como fator determinante, contribuirá para a constituição de cada adolescente. Refletir sobre a condição de saúde destes inclui abranger a diversidade de seus modos de viver. (Ozella e Aguiar, 2008) O crescimento e o desenvolvimento de muitos adolescentes são dificultados pelo contexto econômico e social brasileiro que acaba por priva-los de oportunidades de inclusão social em seu contexto comunitário. Assim, vivem em habitações inadequadas e expostos a uma diversidade de problemas, como: dificuldades de acesso e consumo de bens e serviços; estigmas e preconceitos; ensino de baixa qualidade; frágeis vinculações interpessoais e familiares; e violência em diversos níveis de convivência. (Assis e Constantino, 2005)

A associação dos problemas econômicos, políticos e sociais, do cenário nacional, refletem no crescente índice de violência e criminalidade, e a população jovem figura essa violência, tanto quanto vítima como quanto autora de violência. Se os adolescentes em geral são alvo da preocupação social, quando são protagonistas de conflito com a lei essa atenção se intensifica. (Vicentin e Rosa, 2010)

O adolescente em conflito com a lei apresenta muitas vulnerabilidades ao longo de sua trajetória de vida. Esta vulnerabilidade é entendida aqui como um processo que se modifica no decorrer do desenvolvimento, sendo assim, é dinâmica e passível de um contexto que se constitui também pelo tempo e espaço. (Ayres, et al. 2003).

No ano de 2011, o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, realizou um levantamento para obtenção de um panorama nacional de adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade, o resultado, publicado em 2012, evidenciou um total de 17.502 adolescentes. É importante dizer que esse panorama não considerou os adolescentes em conflito com a lei inseridos em medidas socioeducativas em meio aberto (Brasil, 2012). A amostra de 1898 adolescentes identificou que o perfil do adolescente em conflito com a lei interno, tem em média 16,7 anos, cometem o primeiro ato infracional entre 15 e 17 anos, reincidiram em atos infracionais 43,3%. Quanto à frequência escolar, 57% estavam afastados da escola quando do cometimento do ato infracional e 87% do total tinham como última série cursada ainda no ensino fundamental, revelando a defasagem escolar. (Brasil, 2012)

Apesar do contexto ser uma variável relevante entre aquelas que podem interferir nesta trajetória de vida, o estudo de Assis e Souza (1999) traz outras considerações importantes. O estudo destes autores buscou identificar a motivação do que denominaram “delinquência juvenil”, visavam a prevenção do fenômeno. Com esse objetivo entrevistaram adolescentes infratores e seus respectivos irmãos ou primos, utilizando o critério de não serem infratores. Apesar de ambos vivenciarem o mesmo contexto foram encontradas importantes diferenças na comparação dos grupos. Entre elas, estão: a percepção da família, escolha de amigos, características individuais, manejo da agressividade e a resiliência (Assis e Souza, 1999).

Assis e Souza (1999) elencaram os principais fatores de risco relacionados ao adolescente em conflito com a lei: uso de drogas, círculo de amigos, opções de lazer, autoestima, a posição entre irmãos, princípios éticos, vínculo afetivo com a escola/professores e sofrer violência dos pais.

Na atualidade, o desfecho para o adolescente autor de ato infracional, quando é apreendido, é legislado pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta legislação prevê a aplicação de medidas socioeducativas, que consistem em responsabilização judicial com vistas tanto à proteção social, quanto à intervenção educativa (Souza, 2008).

O ECA dispõe sobre a aplicação de medidas socioeducativas:

Art. 112. *Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:*

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (Brasil, 1990)

A medida socioeducativa deve contemplar em seu planejamento a oferta de novas oportunidades, tanto para o desenvolvimento pessoal, quanto social do adolescente em conflito com a lei, para que deste modo trasponha as adversidades que conduziram à prática do ato infracional.

Embora exista a intencionalidade e o amparo legal para uma intervenção educativa com os adolescentes em conflito com a lei inseridos em medidas socioeducativas, nem sempre se atinge o objetivo. Na perspectiva dos próprios adolescentes inseridos em medidas socioeducativas, elas podem ter um aspecto negativo e simultaneamente representarem uma proteção às vulnerabilidades as quais se encontravam expostos, e apesar disto, em suas expectativas futuras consideram que podem reincidir na prática infracional (Muller, Barboza, Oliveira, Santos e Palud, 2009).

O número de adolescentes em conflito com a lei vem registrando crescimento nos últimos anos, observa-se o fenômeno tanto pelo registro de infrações, quanto pelo aumento populacional nos estabelecimentos executores de medidas socioeducativas (Malvasi, Salla, Mallart, & Melo, 2018). Em 2010 eram 12.041 os jovens internados, em 2014 o número saltou para 16.902 adolescentes e 2016 esse número chegou a 18.567 (Brasil, 2018).

Assim se faz necessário aproximar o olhar para o contexto, mas também e especialmente, para quais as consequências que esse último provoca e em quem provoca. Assis e Souza (1999) sugerem que esses adolescentes escolares ou autores de ato infracional, embora vivam no mesmo contexto, possuem características que irão possibilitar outras trajetórias de vida.

Deste modo, buscamos compreender neste estudo, essas trajetórias, distanciamentos e intersecções, comparando-as com a de adolescentes de escolas públicas periféricas, ou seja, que vivem em condições semelhantes do contexto de que são oriundos os adolescentes infratores.

OBJETIVO

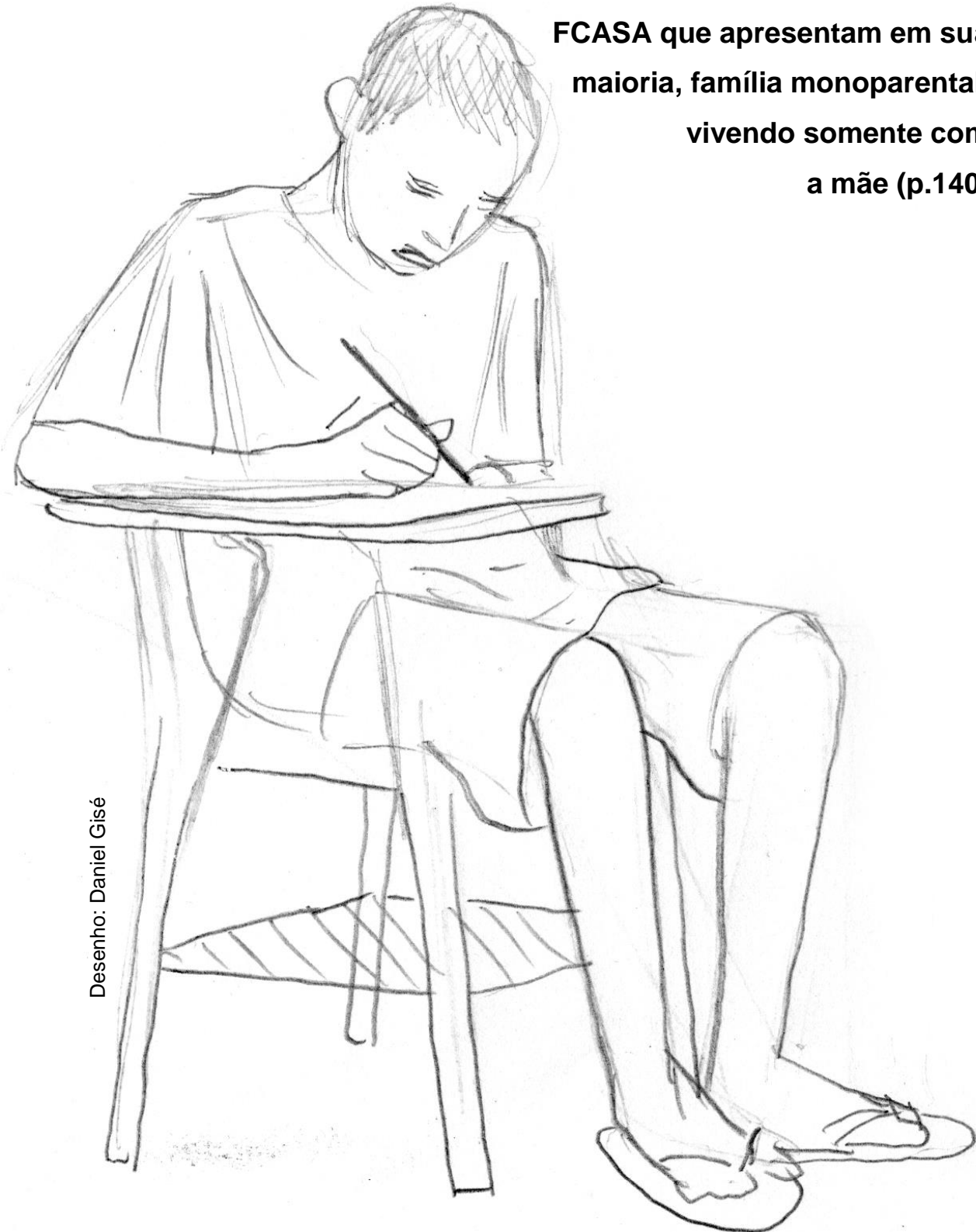
Identificar, analisar e comparar os perfis do grupo de adolescentes em conflito com a lei e adolescentes escolares sobre a trajetória escolar.

MÉTODO

Participantes

A amostra foi composta por 474 adolescentes entre 12 e 21 anos, sendo 203 em cumprimento de medida socioeducativa ou em custódia cautelar, aguardando decisão judicial – em Centros de Atendimento Socioeducativo ao adolescente da Fundação CASA - FCASA e 271 adolescentes estudantes de escolas públicas estaduais. As escolas foram selecionadas em razão de serem públicas, atenderem populações da região periférica e dentro da mesma faixa etária dos adolescentes internos da FCASA. Este estudo foi apresentado a quatro escolas que compreendiam a faixa etária desejada e duas aceitaram participar.

A maioria dos adolescentes escolares entrevistados vivem com pai e mãe, em contraponto com os da FCASA que apresentam em sua maioria, família monoparental, vivendo somente com a mãe (p.140)



Desenho: Daniel Gisé

INSTRUMENTOS

Utilizou-se o questionário denominado “Trajetória escolar”, desenvolvido pelas pesquisadoras deste estudo, contendo 26 questões de autopreenchimento que abordam composição familiar, trajetória de vida escolar a saber, ano de ingresso, retenção, mudança de escola, percepção do ambiente escolar e sentimentos em relação a este ambiente, relacionamentos no contexto escolar, percepção do ensino, escolaridade dos responsáveis.

PROCEDIMENTOS

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (CAAE 59551516.0.0000.5505).

Também obteve-se a aprovação da Fundação CASA, pela Escola de Formação e Capacitação Profissional - Departamento responsável pela autorização de estudos com adolescentes internos e/ou servidores e pela Juíza Corregedora do Departamento de Execução da Infância e Juventude – DEIJ.

Procedimentos para as escolas participantes

Foram realizadas reuniões junto à coordenação pedagógica das escolas, para apresentação do estudo, seus objetivos e público alvo (estudantes de 13 a 17 anos, ou seja, de 7º ano do Ensino Fundamental II até o 3º ano do Ensino Médio). Também foram esclarecidos os procedimentos para aplicação dos questionários, o qual teve duração máxima de 50 minutos (equivalente a 1h/aula) e preservando o anonimato dos participantes. As escolas receberam o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e foram orientadas a pedirem autorização e assinatura dos pais (TCLE-pais) dos alunos para participarem do estudo. No dia da aplicação dos questionários, os estudantes também foram informados sobre os principais objetivos do estudo, assegurados quanto a confidencialidade dos dados e anonimato. Foi fornecido envelope para depósito dos instrumentos preenchidos e com objetivo de resguardar o sigilo, tanto da identidade do respondente, quanto do conteúdo de suas respostas, o envelope foi recolhido imediatamente após a aplicação.

Procedimentos para os Centros de Atendimento

Foi realizado contato, por meio de correspondência eletrônica, junto ao Poder Judiciário (Vara da Infância e Juventude) para autorização de realização do estudo, uma vez que os adolescentes internos estão sob tutela do Estado, durante cumprimento da medida socioeducativa. Após autorização oficial, foi agendada reunião com a Divisão Regional responsável pelos centros de atendimentos para apresentação do estudo aos gestores. Concluídas as autorizações necessárias e esclarecidos sobre os objetivos do estudo, assim como assegurados quanto à confidencialidade dos dados e anonimato, foram aplicados os instrumentos.

Também foi entregue envelope para depósito dos instrumentos preenchidos e com objetivo de resguardar o sigilo tanto da identidade, quanto do conteúdo de suas respostas, este foi recolhido imediatamente após a aplicação.

ANÁLISE DOS DADOS

Utilizou-se o programa SPSS versão 23.0 para a realização das análises estatísticas. As variáveis contínuas foram expressas como média e desvio-padrão e as variáveis categóricas foram expressas como frequência absoluta e relativa. A comparação entre os grupos foi realizada pelo teste de χ^2 (qui-quadrado) para variáveis categóricas. O nível de significância α , usado para todos os testes foi igual a 0,05. O teste de tamanho do efeito – Effect Size, V de Cramer, foi utilizado em complemento aos testes de significância.

O software Minitab 15 foi utilizado para analisar a normalidade das distribuições por meio do Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov, assim, para os resultados que não apresentaram proximidade à distribuição normal, utilizamos o Teste não-paramétrico Mann-Whitney.

RESULTADOS

A amostra de 474 participantes foi composta por 203 adolescentes da FCASA e 271 adolescentes escolares, sendo 210 do sexo feminino e 265 do sexo masculino, conforme observado na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Adolescentes participantes por local e sexo. (FCASA e Escola Estaduais)

<i>Fundação CASA</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Nº de adolescentes respondentes</i>
CASA Chiquinha Gonzaga	92		92
CASA Itaparica		46	46
CASA Ipê		24	24
CASA Bom Retiro		41	41
Escola Estadual de 1º e 2º Prof. ^a Luiza Mendes	77	65	142
Escola Estadual Sapopemba (Fazenda da Juta)	41	88	129
Total	210	264	474

A média de idade para os adolescentes da FCASA e dos adolescentes escolares foi de 16 anos.

Quanto à idade de ingresso na escola, os adolescentes da FCASA registraram em média 4,94 anos e os escolares 4,88. Embora as médias estejam próximas, ao analisar a distribuição dos grupos por meio do Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov, observa-se que não há proximidade da distribuição normal no grupo FCASA, demonstrando que alguns adolescentes deste grupo ingressaram na escola mais cedo quando comparado ao grupo de escolares, como visto nas **Figura 1 e 2**.

Figura 1 - Teste de Normalidade (Kolmogorov-Smirnov) idade de ingresso na escola: Escolares e Fundação CASA.

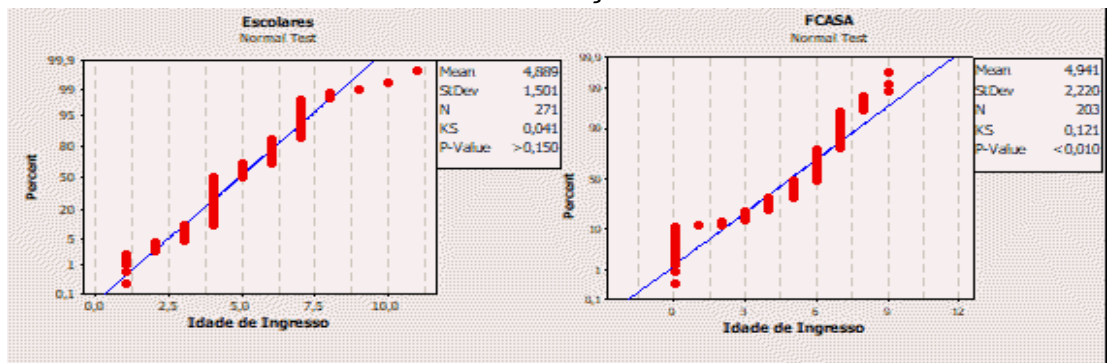
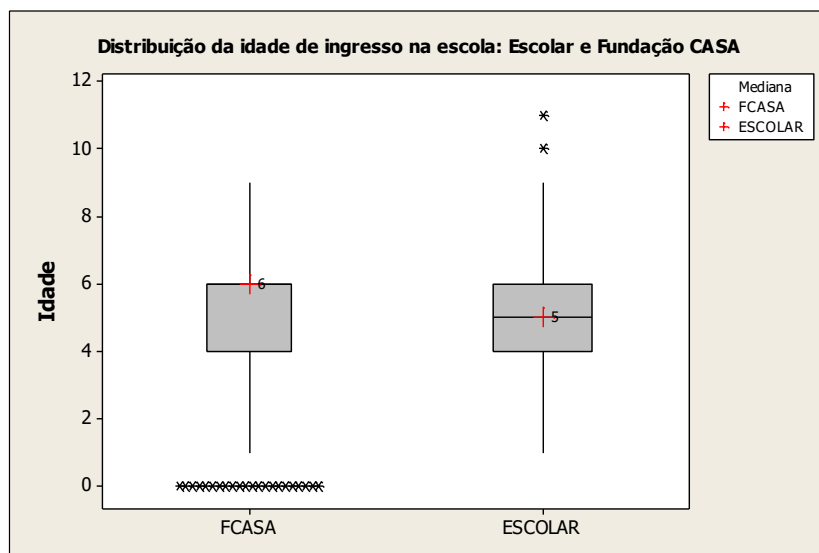


Figura 2 - Distribuição da idade de ingresso na escola: Escolares e Fundação CASA



O Teste Mann-Whitney indica que a diferença é significativa ($p < 0,013$), ajustado para empates.

Os dois grupos apresentaram número elevado de mudança de estabelecimento de ensino, sendo 88,1% FCASA e 84,5% para os escolares. A **Tabela 2** apresenta as motivações para essa mudança.

Tabela 2 – Motivos para mudança de estabelecimento de ensino.

	<i>Fundação CASA</i>		<i>Escolares</i>	
	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
<i>Expulsão</i>	55	27,1	5	1,8
<i>Mudança de Endereço</i>	78	38,4	88	32,5
<i>Repetência</i>	8	3,9	6	2,2
<i>Outros</i>	39	19,2	130	48

Considerando que 48% dos escolares utilizaram a alternativa “outros” para identificar os motivos de mudança de escola, realizamos novo agrupamento de respostas para esta opção e obtivemos que a mudança de seriação foi citada por 38%, a busca de qualidade de ensino representou 22%, motivos financeiros 13%, relacionamento na escola anterior foi mencionado em 5% das respostas, a distância entre a residência e a escola foi motivação para 5% dos escolares, e entre os 17% restantes estavam separação dos pais, trabalho e não comentado.

Já para os adolescentes em conflito com a lei a troca do estabelecimento de ensino teve como motivação a mudança de seriação em 33% das respostas, o relacionamento foi citado em 15%, e distância representou 10% das respostas, a busca por qualidade de ensino foi mencionada em 5% dos casos, entre os outros motivos foram apontadas questões judiciais, drogas, mudança de responsável legal e não comentado o motivo da mudança.

Ainda sobre a trajetória escolar, observamos que a retenção foi elevada para os adolescentes da FCASA, pois 82,3% deles já foram retidos ao menos uma vez, enquanto o grupo de escolares apresentou 14,4% de retenção, apresentando p-value= 0.000 e tamanho do efeito V=0.678 na comparação entre os grupos, o que demonstra a significância deste dado.

Quanto ao ciclo de retenção, os adolescentes da FCASA obtiveram maior percentual de retenção no ensino fundamental II, isto é, do 6º ao 9º ano, acumulando 57,2% das retenções nesta fase escolar, já os escolares concentraram o maior percentual no ensino médio, obtendo 8,5 % das retenções nesta fase.

A demanda por apoio escolar no último ano, em relação às dificuldades de conteúdo acadêmico, foi mais prevalente no grupo da Fundação CASA, 59,6% enquanto que entre os escolares 25% apresentaram essa necessidade. Há diferença, estatisticamente significativa, entre os grupos com p-value 0.000.

A **Tabela 3** apresenta o ciclo de escolarização atual da amostra, observa-se que o grupo FCASA concentra-se no Ensino Fundamental II, enquanto os escolares estão concentrados no Ensino Médio, há diferença, estatisticamente significativa, entre os grupos com p-value 0.000, $\chi^2=341.442$, p-value=.000 e tamanho do efeito= 0.814.

Tabela 3 – Distribuição da amostra quanto ao ciclo de escolarização atual de ensino.

Ciclo atual	FCASA		Escolares		$\chi^2=341.442$ p=.000 ES=0.814
	n	%	n	%	
4EF	1	.5%	0	0.0%	
5EF	2	1.0%	0	0.0%	
6EF	11	5.4%	0	0.0%	
7EF	32	15.8%	0	0.0%	
8EF	49	24.1%	0	0.0%	
9EF	30	14.8%	0	0.0%	
1EM	48	23.6%	37	13,7%	
2EM	17	8,4%	9	3,3%	
3EM	13	6,4%	225	83,0%	
	203	100	271	100	

Foram avaliadas questões sobre o relacionamento e a percepção de pertencimento dos adolescentes no ambiente escolar, que versaram sobre afeto com os pares, sociabilidade, sensação de isolamento e relacionamento com os profissionais da escola.

As diferenças mais significativas foram o relacionamento com os pares e equipe da escola, entre eles, professores e outros funcionários.

O relacionamento com os pares, no ambiente escolar, foi classificado entre bom e muito bom para 67,5% dos adolescentes da FCASA, enquanto que os adolescentes escolares registraram 84,1%.

Ainda na esfera dos relacionamentos no ambiente escolar, mas considerando o relacionamento com os professores, os adolescentes em conflito com a lei classificaram a relação entre muito ruim e razoável em 31% das respostas, enquanto que os adolescentes escolares mencionaram em 18,5%. O relacionamento entre alunos e professores, no ambiente escolar, foi considerado entre bom e muito bom para 69% dos adolescentes da FCASA e 81,5% para os escolares.

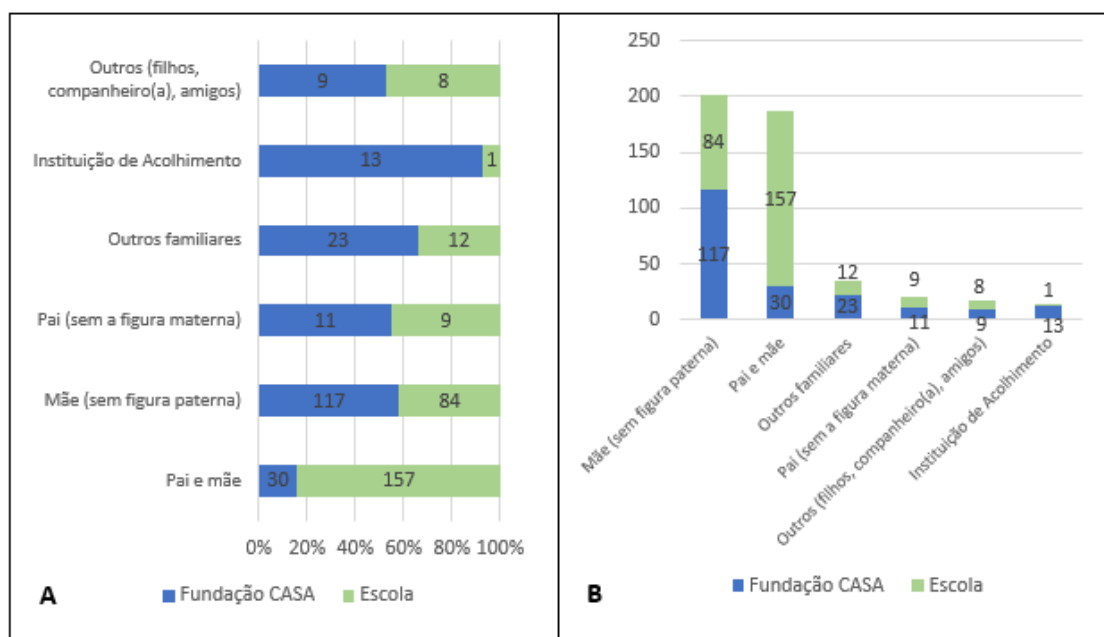
Quanto ao relacionamento com outros funcionários da escola os adolescentes da FCASA classificaram entre muito ruim a razoável em 35,9% dos casos, já os adolescentes escolares em 19,2%. Os adolescentes da FCASA mencionaram o relacionamento com o corpo funcional entre bom e muito bom em 64% dos casos e os escolares 81%.

Entre os adolescentes da FCASA, 60% apresentou demanda para apoio escolar compreendidas no contexto deste estudo, como atividades complementares ao ensino formal. Os escolares registram esta necessidade de apoio escolar em 30% das respostas.

Quanto a percepção dos adolescentes sobre algumas das funções da escola, sendo: se organizar nos estudos, aprender a raciocinar e escrever textos, os grupos não apresentaram diferença significativa entre si, ambos concordaram que a escola tem importância nestas funções. Na atribuição da importância da escola para o futuro, 96% do grupo FCASA e 97% do grupo de escolares afirmaram que esta instituição é importante.

Em relação à configuração familiar, a **Figura 3** apresenta em números absolutos as figuras parentais e/ou responsáveis legais, com quem moram os adolescentes da FCASA e os adolescentes escolares.

Figura 3 - Figuras parentais ou responsáveis legais com quem os adolescentes residem



Observamos que há o predomínio de famílias monoparentais nas quais o membro responsável é a figura materna. Contudo, 58% dos escolares apresenta o modelo de família nuclear, isto é composta por pai, mãe e filhos, enquanto os adolescentes da FCASA têm esta característica em 15% da amostra.

DISCUSSÃO

Mesmo que os grupos estudados, tanto da FCASA, quanto escolares, possuam aspectos que possam ser compreendidos como vulnerabilidades pela condição socioeconômica, de moradia, de acesso a bens e serviços, existem outras variáveis que podem interferir no curso de suas vidas, seus sentidos e significados. A perspectiva deste estudo se debruça em questões sobre a trajetória escolar e supervisão parental, que podem ser indicadores de como esses adolescentes estabelecem suas relações e constroem suas singularidades, neste contexto.

A média de idade para os adolescentes escolares foi de 16,70 anos, enquanto que os adolescentes da FCASA a média foi 16,50 anos, conforme Boletim Estatístico de Maio/2019 da FCASA – Fonte: NUPRIE – Núcleo de Produção de Informações Estratégicas da FCASA, 57,26% dos adolescentes internos encontram-se nesta faixa etária, dado semelhante ao divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos – MDH, no Levantamento Anual SINASE 2016. (Brasil,2018)

Quanto à idade de ingresso na escola, os adolescentes da FCASA registraram em média 4,94 anos de idade e os escolares 4,88. O Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov representado na **Figura 1**, evidenciou que a distribuição é diferente entre os grupos, e o Teste Não-paramétrico Mann-Whitney apresenta a diferença entre os grupos com $p\text{-value}=0,0139$. Ambos os grupos ingressaram nas instituições de ensino na denominada Educação Infantil, contudo essa se divide em duas modalidades, as creches que compreendem as idades de 0 a 3 anos e as pré-escolas que atendem dos 4 aos 6 anos. Observa-se que no grupo FCASA mais sujeitos ingressaram na primeira modalidade, **Figura 2**, isto é, creches. Provavelmente a necessidade das figuras parentais/responsáveis em se dedicar ao trabalho em tempo integral e a ausência de outras formas de redes de apoio, tenham interferido na inserção dos filhos na instituição de ensino.

A mudança de estabelecimento de ensino denotou que a maioria das situações que geraram a troca de escola estão relacionadas a mudança de séries, em ambos grupos. Com as novas formas de organização institucional dentro das políticas públicas na área, as escolas oferecem diferentes ciclos de ensino em acordo com a esfera de governo (BRASIL, 2005), o que provoca a necessidade de mudanças de escola na passagem entre ensino fundamental e médio, por exemplo.

Quando analisados os outros motivos para a mudança, o grupo de escolares revelou buscar por qualidade de ensino e o grupo FCASA demonstrou que a mudança se deu por questões de relacionamento na escola. Para Bazon, Silva e Ferrari (2013) ter um bom vínculo com a escola requer boa qualidade nos relacionamentos que se estabelecem nesse contexto, com os pares e também com os professores, mas se os vínculos forem negativos podem comprometer o desempenho e o comportamento social. O resultado nos sugere que o grupo FCASA tem dificuldades relacionais, o que pode interferir, como propõem as autoras, no desempenho e no comportamento social.

Corroborando com a percepção das relações imersas no cotidiano escolar os resultados apontaram também, que 84,1% dos escolares percebem o relacionamento como muito bom ou bom, enquanto os adolescentes da FCASA apresentam um percentual de 67,5%. O relacionamento que se estabelece entre as instituições de ensino e os adolescentes FCASA guarda tensionamentos e ambiguidades (Cunha & Dazzani, 2016). As autoras constroem hipótese sobre as origens deste fenômeno considerando a historicidade da escola como instituição voltada às classes sociais mais favorecidas e que ao mesmo tempo repulsa as classes sociais desfavorecidas, este seria o cerne da questão. Os adolescentes da FCASA, por pertencerem, em sua maioria, às classes sociais desfavorecidas, seriam um alvo deste tensionamento.

Quanto à percepção dos adolescentes sobre algumas das funções da escola, sendo: se organizar nos estudos, aprender a raciocinar e escrever textos, os grupos não apresentaram diferença significativa entre si, ambos concordaram que a escola tem importância nessas funções.

As escolas são identificadas pelos adolescentes como uma instituição que oferece a possibilidade de ascender socialmente, no futuro, por contribuírem com a suas formações e assim permitem acesso a trabalhos qualificados e dignos (Moreira Leite, Castelo Branco Pessoa, Pereira dos Santos, Fernandes Rocha & Pereira Alberto, 2016). Nesse sentido, ambos os grupos, FCASA e Escolares, identificam a escola como instituição relevante para o futuro. Além da função acadêmica, os espaços educativos são percebidos pelos adolescentes como importantes para a vida social, conforme apontado por Moreira Leite, Castelo Branco Pessoa, Pereira dos Santos, Fernandes Rocha & Pereira Alberto (2016) os quais demonstraram que, mesmo em contexto de vulnerabilidade, adolescentes reconhecem a função da escola como um lugar onde aprendem e fazem amizades. Tais dados sobre relacionamentos na escola podem estar relacionados a vários fatores. Dos Santos, Nascimento e Menezes (2012) enfatizam que as dificuldades de acessar atividades de lazer, esporte e cultura, atreladas ao baixo nível de escolaridade limita a potencialidade dos indivíduos, a escola é o lugar que oportuniza esse acesso.

A principal diferenciação que se pode observar entre os dois grupos, em relação à trajetória escolar, está na retenção. Observamos que os adolescentes da FCASA registraram maior número de retenções, como apresentado na **Tabela 3**, mesmo com médias de ingresso na escola e idade atual, estatisticamente aproximadas, um número significativo de adolescentes da FCASA encontra-se no Nível Fundamental II, enquanto que os escolares estão no Ensino Médio, assim o ciclo de ensino que o grupo FCASA está atualmente, ratifica a defasagem ocorrida ao longo desta trajetória.

Outros estudos registram também essa defasagem escolar entre os adolescentes em conflito com a lei (Assis e Souza, 1999), (Gallo & de Albuquerque Williams, 2008), (Bazon & Silva, 2013) (Santos & Legnani, 2019).

A defasagem escolar ocorre prevalentemente com o grupo da FCASA, embora seja este grupo a buscar mais apoio nas atividades escolares, pois 59,6% referiram essa busca, enquanto que os escolares apenas 25%. É possível pensar que o apoio ofertado pela escola não contemple as especificidades deste grupo e/ou ainda careçam de outro tipo de apoio ou supervisão parental para obterem o desempenho acadêmico desejado.

Outra característica que diferenciou os grupos foi a configuração familiar e figura parental. A maioria dos adolescentes escolares entrevistados vivem com pai e mãe, em contraponto com os da FCASA que apresentam em sua maioria, família monoparental, vivendo somente com a mãe, como apresentado na **Figura 3**.

Esta condição, em si, não se apresenta como fator de risco, entretanto há que ser considerada dentro do contexto em que se estabelece. Neste sentido, uma reflexão possível é que essas mães, em muitos casos também ocupam o lugar de chefe de família, sendo responsáveis por prover o lar sob o aspecto econômico e concomitantemente tem a demanda de cuidado da prole. Assim, os núcleos familiares monoparentais tem uma vulnerabilidade para outros fatores de risco. (American Psychological Association, 2004) Outras características do perfil das mães solo como a baixa escolaridade; trabalhos poucos qualificados; altos níveis de estresse em razão da demanda de prover economicamente o lar e cuidar dos filhos sem respaldo de um parceiro nestas atribuições, todos esses fatores agravam-se diante da pouca eficácia ou inexistência de rede de apoio como podem afetar o estilo parental que se estabelece com a prole (Gallo & de Albuquerque Williams, 2008).

Nascimento, Moreira, Poffal, Souza & De Micheli Avalon (2017) associam o estilo parental negligente ao insucesso de estudantes na vida escolar, entendendo este estilo como pais ou responsáveis, permissivos, indiferentes, com baixos níveis de controle e de afeto. Vale dizer que o estudo de Nascimento, Moreira, Poffal, Souza & De Micheli Avallone (2017) destacou a percepção do estudante. Podemos refletir que a dificuldade da mãe solo em ofertar supervisão parental pode ser percebida pelos filhos na perspectiva do estilo parental negligente.

Ao observamos a Figura 3B, nos deparamos com um número aproximado de mães solo no grupo de Escolares também, com isso não pretendemos deixar de reconhecer a importância da figura paterna no desenvolvimento da criança e do adolescente, mas o que se observa nos dados deste estudo é a permanência da mãe no cuidado desta prole, seja ele satisfatório ou não, e é a esta figura materna a qual se atribui a centralidade da família para os adolescentes autores de atos infracionais (Zappe e Dias, 2012).

Destaca-se a necessidade de uma rede de apoio para que possa oferecer uma supervisão parental em correspondência com a demanda dos filhos.

Esses dados se entrecruzam com os problemas desses adolescentes na escola, se pensarmos na dificuldade de manutenção da frequência escolar, na necessidade de trabalho e no encontro com outros grupos que, para eles, garante um “status” social, fica difícil garantir que alguns adolescentes permaneçam e vejam significado no ambiente escolar como um espaço de desenvolvimento social. Embora a escola possa ser um fator de proteção, sozinha não garante uma trajetória escolar exitosa, e ainda há que se considerar que escola está em um contexto que também é atravessado por vulnerabilidade.

(...) o limite existente entre ser ou não infrator pode ser ultrapassado a qualquer instante por qualquer jovem mesmo pelos não infratores que têm, a todo instante, provar a sua força de vontade e determinação em um ambiente comunitário que favorece (...) (Assis e Souza, 1999, p. 205).

Quando as instituições sociais como família e escola não oferecem acolhimento às demandas que surgem na adolescência, ou mesmo antes dela, há uma necessidade de encontrar em outros grupos esse acolhimento e sentimento de pertença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição deste estudo está na comparação entre os dois grupos, que encontra muitas semelhanças, mas que ao mesmo tempo, localiza nas principais diferenças mais de uma variável interferindo nas trajetórias de vida que não são somente estas, mas oferecem um indício do início de delineamento da problemática, isto é, na configuração familiar que demanda por uma rede de apoio que nas políticas públicas existentes ainda não encontra respaldo na única instituição que socialmente tem essa função atribuída. Há que se pensar em como essas famílias podem ser auxiliadas para exercer sua função parental, e também refletir em como as instituições de ensino possam oferecer o acolhimento à população vulnerável, numa relação desprovida dos estigmas, constituindo uma relação de parceria com essas famílias para que esses adolescentes possam traçar outras trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS

- Bueno, C. O., Strelhow, M. R. W., Câmara, S. G. (2010). Inserção em grupos formais e qualidade de vida entre adolescentes. *Psico-USF*, 15(3), 311-320.
- Ozella, S., & de Aguiar, W. M. J. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de pesquisa*, 38(133), 97-125.
- Assis, S. G. D., & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 81-90.
- Rosa, M. D., & Vicentin, M. C. G. (2010). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 107-124.
- Ayres, J. R. C. M., França Júnior, I., Calazans, G. J., & Saletti Filho, H. C. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*, 2, 121-143.
- Brasil. Conselho Nacional de Justiça. (2012). "Panorama Nacional: a execução de medidas socioeducativas de internação programa justiça ao jovem". Brasília.
- Assis, S. G. D., & Souza, E. R. D. (1999). Criando Caim e Abel: pensando a prevenção da infração juvenil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4, 131-144.
- Souza, R. (2008). *Caminhos para a municipalização do Atendimento Socioeducativo em meio aberto: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade*. Rio de Janeiro: SPDCA/SDH.
- Brasil. (1990) Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- Muller, F., P. S. Barboza, C. C. Oliveira, R. R. G. Santos, e S. S. Palud. (2009) "Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras." *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade* 1, nº 1: 70-87.
- Malvasi, P., Salla, F., Mallart, F., & Melo, R. (2018). Saberes da encruzilhada: militância, pesquisa e política no sistema socioeducativo. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 22(1), 75-96.
- Brasil. (2018). Levantamento Anual Sinase 2016. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos (MDH).
- Brasil (2005) *Diretrizes e bases da educação brasileira*. Brasília.
- Bazon, M. R., Silva, J. L. D., & Ferrari, R. M. (2013). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. *Educação em revista*, 29(2), 175-199.
- Cunha, E. D. O., & Dazzani, M. V. M. (2016). A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. *Educ. Rev.*, 32(1), 235-259.
- Moreira Leite, F., Castelo Branco Pessoa, M., Pereira dos Santos, D., Fernandes Rocha, G., & Pereira Alberto, M. D. (2016). O sentido da escola: Concepções de estudantes adolescentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(2), 339-348.
- Dos Santos, R. M., Nascimento, M. A., & de Araújo Menezes, J. (2012). Os sentidos da escola pública para jovens pobres da cidade do Recife. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10(1), 289-300.
- Gallo, A. E., & de Albuquerque Williams, L. C. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de pesquisa*, 38(133), 41-59.
- Santos, E. A., & Legnani, V. N. (2019). Construção Social do Fracasso Escolar das Adolescentes em Conflito com a Lei. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 12.
- American Psychological Association. (2004). Briefing sheet: an overview of the psychological literature in the effects of divorce on children. [Acesso 2019 Fev 07]; Disponível em: <https://www.apa.org/Briefing sheet: an overview of the psychological literature in the effects of divorce on children>.
- Nascimento, M. O., Moreira, A., Poffal, A. L. M., de Souza, F. B., & de Micheli Avallone, D. (2017). Influência parental na educação escolar adolescente. *Adolescência e Saude*, 14(2), 135-143.
- Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de psicologia*, 17(3), 389-395.

COMO CITAR ESTE TEXTO

Silva, Maria A. A.; Bernardo, Júlia F.; Silva, Silvio A.; De Micheli, Denise (2023). Aproximações e distanciamentos nas trajetórias de vida entre adolescentes em conflito com a lei e escolares. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 9, n.1, 118-145. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137aproximacoesedistanciamentos>

RECEBIDO EM: 31/03/2023

APROVADO EM: 05/05/2023